



LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

Pedido de atenção

O vereador Guilherme Zafani (PSC) da Câmara de Várzea Paulista foi à tribuna, nesta semana, pedir atenção do Executivo às indicações diversas que vem apresentando - e que aguardam para ser atendidas. Ele citou os casos da rua Mato Grosso, na Vila Popular. "É um local que requer prioridade", enfatiza.

Trabalho pesado

Quarenta e duas indicações foram apresentadas pelos vereadores varzinos durante a 10ª Sessão Ordinária desta legislatura, realizada na noite da última terça-feira, 25. Os assuntos vão desde a manutenção do Hospital da Cidade, tapa-buraco, troca de iluminação, recuperação de calçadas até melhoria na sinalização de trânsito.

Socorro mecânico

O deputado estadual Junior Aprillanti (PSB) questionou o secretário estadual de Logística de Transportes, Alberto José Macedo Filho, sobre os problemas enfrentados por usuários das rodovias localizadas no Aglomerado Urbano de Jundiá, Várzea Paulista e Região, que acabam por necessitar de socorro mecânico no trecho e não contam mais com os carros especializados para o atendimento. O deputado estadual não ficou satisfeito com a resposta enviada pelo órgão estadual e se comprometeu em acompanhar a retomada da prestação dos serviços, com a contratação de uma nova empresa.

Greve geral

Para Eliseu Silva Costa, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Jundiá, Várzea e Campo Limpo, o movimento sindical de Jundiá e Região juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) paralisaram as empresas de ônibus, da rodovia Anhangüera. "O ato foi positivo. Estamos contribuindo com o sindicalismo brasileiro para contrapor essas medidas votadas. Queremos melhorar ou barrar essas questões no Senado", afirmou. Segundo ele, a maioria dos trabalhadores aderiu à greve.

Ação da PF

A Polícia Federal deflagrou nesta sexta-feira (28) a Satélites 2, segunda fase da operação que mira pessoas relacionadas a políticos que estão sob investigação no âmbito da Lava Jato. Entre os alvos está o advogado do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) Bruno Mendes, que já foi assessor parlamentar do alagoano. O escritório de Mendes em Brasília sofreu busca e apreensão. Os mandados judiciais foram pedidos pela PGR (Procuradoria Geral da República) e expedidos pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin, relator da Lava Jato na corte. (Folhapress)

GREVE

Manifestações foram registradas durante o período da manhã; representantes querem mudanças e garantias de direitos

Desemprego é o maior desafio apontado por políticos no País

LUCIANA MÜLLER E ELLEN FERNANDES
lmuller@jj.com.br e efernandes@jj.com.br

A manifestação contrária às reformas trabalhista e previdenciária realizada nacionalmente, - orquestrada por sindicatos e movimentos sociais -, também foi registrada em Jundiá (leia mais em *Cidades 4*). Entre os políticos da cidade, o maior problema para os trabalhadores é a falta de emprego, que estagna a economia e não habilita ao acesso de direitos.

O deputado estadual Junior Aprillanti (PSB) afirma que a greve é um movimento legítimo desde que sejam respeitados os direitos das pessoas. "Todos têm direito a fazer greve. Reivindicar é legítimo, mas não atrapalhar os outros. O maior direito que a pessoa tem é ao trabalho e hoje temos mais de 14 milhões de desempregados. Sem o emprego não há nem acesso ao direito. Em cima de zero, qualquer porcentagem é zero", calcula. Ainda, na opinião do deputado, que circula por várias cidades do Aglomerado Urbano de Jundiá na manhã de ontem e não encontrou dificuldades, a greve não teve grande adesão. "O movimento não foi tão forte quanto anunciado. Com o mundo globalizado, a carga tributária do empregador está muito alta. É preciso modernização para que o emprego volte a crescer e, assim, a economia seja retomada."

O deputado federal Miguel Haddad (PSDB) analisou o movimento como violento. "Vimos pessoas em aeroportos sendo agredidas, em Jundiá, os transportadores escolares foram ameaçados segundo o representante da categoria. Não foi um movimento pelo trabalhador, já



PREFEITO Luiz Fernando afirma que ao município cabe garantir a regularidade dos serviços



DEPUTADO Para Junior Aprillanti, a greve tem de respeitar os direitos das pessoas



TRABALHO Miguel Haddad ressalta que direitos de trabalhadores não foram retirados



CÂMARA Quem mais sofre com a paralisação total é o cidadão, diz Gustavo Martinelli

que a reforma não tirou nenhum direito. Apenas deu a opção de contribuir ou não com o sindicato, conforme a vontade do trabalhador", analisa.

O prefeito de Jundiá, Luiz Fernando Machado (PSDB), por nota encaminhada pela assessoria de imprensa, reforça o posicionamento do governo municipal, divulgado no início desta semana, no sentido de assumir o compromisso de assegurar o funcionamento dos serviços públicos, sem prejuízos à população. "Há o direito à manifestação e o direito de ir e vir daqueles que necessitam dos equipamentos públicos. Ao

governo municipal, cabe garantir a regularidade dos serviços, ou no mínimo buscar alternativas para que as pessoas não sejam penalizadas", afirma o prefeito.

O vereador Cícero Camargo da Silva (PROS), que trabalhou por 37 anos na iniciativa privada, afirma que os trabalhadores não podem ser penalizados, mas que é necessário haver modernização. "A greve pacífica é legítima. O que não podem ocorrer são atos de vandalismo registrados. Sindicatos sérios devem existir, mas a exigência de contribuição por parte do trabalhador não é justa. A pessoa já trabalha o mês in-

teiro e tem de dar um dia do seu trabalho para o sindicato, não é certo. Tem que ser facultativo, assim como foi aprovado", destaca.

Para o presidente da Câmara de Jundiá, Gustavo Martinelli (PSDB), o direito de greve é constitucional e possui regras que devem ser respeitadas. "A manutenção de um percentual mínimo em atividade, nos serviços públicos como o transporte, a saúde e a educação deve ser cumprido. Quem mais sofre com a paralisação total é o cidadão. Assim não posso concordar com piquetes, depredações, queima de pneus, que tiram o direito de ir e vir das pes-

soas. Quem quer ter direitos deve respeitar os direitos das pessoas", detalha.

Favorável

O professor Paulo Taffarelo, ex-candidato à prefeitura de Jundiá pelo PSOL, participou do ato realizado na praça da matriz ontem durante a greve geral contra as reformas trabalhista e da previdência. "A greve geral mostra a insatisfação com as reformas propostas que só prejudicarão os trabalhadores". Para ele, o trabalhador está sendo responsabilizado pelo impacto da crise. "Por que não cobram taxas sobre as grandes fortunas ou heranças?", questiona.

CÂMARA DE LOUVEIRA

Acordo põe fim à greve de servidores

Um acordo firmado no Tribunal de Justiça (TJ) entre representantes da Câmara de Louveira e dos servidores pôs fim à greve da categoria que estava paralisada desde o dia 18. Os servidores da prefeitura da cidade, no entanto, permanecem parados, já que não houve acordo com a administração municipal. A situação segue para julgamento.

A audiência de conciliação aconteceu na vice-presidência do TJ, com a participação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Louveira, Valinhos e Morungaba e procuradores municipais tanto da Câmara quanto da prefeitura. O presidente da Câmara, vereador Marquinho do Leite (PTB), e o primeiro-secretário, vereador Rodrigo (PSD), estavam presentes, assim como o prefeito Nicolau Finamore Júnior (PTB).

Durante a audiência, ao ser questionado sobre possibilidade de acordo, o procurador da Câmara, dr.

Eliel Cecon, manifestou a opinião de que seria possível o pagamento dos 6,28%, índice inflacionário do período, como reajuste anual dos salários. Desta forma, será apresentado um projeto de lei para adequar a situação. Em relação aos dias parados, será editado Ato da Presidência para que os servidores façam a compensação, sem prejuízo dos direitos.

Sem acordo

Já a situação dos servidores da prefeitura é diferente. O prefeito não aceitou as tentativas de acordo feitas pela Justiça e a paralisação continua. Os funcionários públicos estão paralisados desde o dia 11 de abril. O sindicato da categoria irá entrar com pedido na Justiça para reduzir a necessidade de 80% dos servidores na ativa e também para que os dias parados não sejam descontados. Segundo a prefeitura, ainda não há informação sobre nova data para o julgamento.

> 40 MILHÕES NÃO FORAM AO TRABALHO

Paralisação é a maior da história, dizem sindicalistas

Na avaliação das lideranças das principais centrais sindicais, a greve geral convocada para esta sexta-feira (28) é a maior da história do Brasil.

O deputado Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, afirma que 40 milhões de pessoas não foram ao trabalho. Wagner Freitas, da CUT, não fez uma estimativa, mas disse que o número de categorias que aderiram e de manifestações mostram que essa é "a maior greve geral da classe trabalhadora".

Ricardo Patah, presidente da UGT, faz avaliação semelhante. Para o líder da central, que representa os comerciários, o grande número de lojas fechadas nesta sexta e o clima de feriado indicam que o movimento foi o maior já registrado.

"Quem não fez greve, apoiou a greve. Eu faço greve há um tempão. Quando a população não quer greve, não tem greve. Mas em todas as manifestações que fizemos hoje fomos apoiados,

fomos aplaudidos no metrô. Ninguém foi hostil a nós, como às vezes o sindicalista ouve, de gente falando 'vai trabalhar, vagabundo'. Isso não aconteceu", disse Freitas, da CUT.

"Alguns dizem que paralisou porque houve piquete. Eu particularmente não vi piquete em lugar nenhum. As pessoas paralisaram porque estão descontentes", afirmou Paulinho da Força.

Rebatendo a avaliação feita pelo ministro da Justiça, Osmar Serraglio, que afirmou que a greve era um fracasso, o sindicalista disse que o ministro deveria "ser mais correto com ele mesmo" e que esse tipo de argumento era usado pela ditadura.

Para o presidente da Força, a greve de hoje aumenta a pressão para que o governo negocie com as centrais e a trabalhista. Em relação às mudanças na CLT, ele espera "corrigir" no Senado o projeto aprovado nesta quarta na Câmara.

"O Senado é mais civilizado. A Câmara tinha uma espécie de vontade de vingança", disse.

As principais críticas dos sindicalistas à reforma trabalhista são o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, a regulamentação do trabalho intermitente e a possibilidade de negociação direta entre trabalhador e empresa, fora do acordo coletivo da categoria.

"Não é gostoso fazermos paradas como essa, que podem prejudicar a sociedade, mas é fundamental, porque o governo está destruindo o direito dos trabalhadores", disse Patah, da UGT.

As centrais devem se reunir durante os próximos dias para avaliar o movimento e decidir os próximos passos. O plano é ir a Brasília na próxima semana para acompanhar a tramitação da reforma trabalhista no Senado.

Caso o governo e o Congresso não negociem, as organizações prometem fazer novas paralisações. (Folhapress)